



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO
Divisão Técnica do IPHAN-MT

PARECER TÉCNICO nº 153/2021/DIVTEC IPHAN-MT/IPHAN-MT

ASSUNTO: Parecer Técnico de Reavaliação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe.

REFERÊNCIA: Processo Administrativo SEI nº 01450.001873/2021-37

DOCUMENTO DE APOIO À LEITURA DO PARECER: Relatório Circunstanciado (3000206)

Cuiabá, 30 de setembro de 2021

Assunto: Reavaliação do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe com vista à Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

À Coordenação Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) através do Decreto 3.551 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Em 2003 foi criado o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), seguido da Resolução nº 1, de 03 de agosto de 2006, que determina os parâmetros a serem seguidos na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Alguns anos depois, em 2013, é publicada a Resolução nº 1, de 18 de julho, que organiza o processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados. Essa, por sua vez, é revista e reestruturada pela Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019. É, portanto a partir deste último Documento que este Parecer Técnico de Reavaliação foi elaborado.

O presente Parecer Técnico apresenta o diagnóstico referente aos 10 anos de reconhecimento do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe, bem como das transformações ocorridas para fins de

Revalidação do seu título como Patrimônio Cultural do Brasil. Doravante denominaremos apenas de Ritual Yaokwa.

A sua candidatura foi apresentada ao Iphan, em 2006, pela Operação Amazônia Nativa - OPAN, organização indigenista com sede em Cuiabá (MT), fundada em 1969, com cinco anuência de representantes da etnia. De acordo com o Parecer do Conselho Consultivo (2010), a documentação apresentada à época do pedido de registro era composta por dados da OPAN, cópias de capítulos de trabalhos acadêmicos, relatórios sobre as potencialidades econômicas da área Enawene Nawe e DVD produzido na década de 90, pelo Centro de Trabalho Indígena – São Paulo, em parceria com a OPAN, e que trata da importância do ritual para a etnia. O Registro ocorreu em 05 de novembro de 2010 e consta no Livro das Celebrações.

Em Mato Grosso, o Ritual Yaokwa foi o primeiro bem cultural imaterial a ser reconhecido pelo Iphan, cujo foco é o patrimônio indígena. É realizado na Terra Indígena Enawene Nawe (TI), que está localizada ao noroeste do estado de Mato Grosso, e abrange parte dos territórios dos municípios de Juína, Sapezal, Comodoro e Brasnorte. A abrangência do seu território indígena tradicional não se limita ao registro cartográfico, haja vista que vários insumos e matérias primas utilizados no ritual são provenientes de áreas que não foram contempladas pela demarcação oficial em 1996, como é caso do rio Preto.

O Pedido de Registro do bem justificou-se por ser uma manifestação cultural que contribui significativamente para o reconhecimento da diversidade cultural do país. De acordo com o Dossiê (2018), o ritual possui uma singularidade que mostra uma prática cultural ancestral, pouco conhecida, com ênfase à contribuição indígena na formação da identidade nacional. Também se trata de uma oportunidade para documentá-la em seu estado ainda com grande integridade.

No que tange aos elementos estruturantes que reforçaram o encaminhamento do Pedido de Registro, e que foram objeto de aprofundamento das pesquisas, destacam-se três dimensões:

A cultura material, envolvida na realização do ritual, com destaque para o conjunto arquitetônico (especialmente barragens de pesca e Casa das Flautas); os processos de transmissão dos conhecimentos em torno da continuidade dessa prática; e algumas músicas e mitos que a sustentam (IPHAN, 2018, p. 15).

Portanto, priorizou-se para fins de objeto do Pedido de Registro os processos de transmissão de conhecimentos que garantem a continuidade do ritual Yaokwa, todo complexo musical, mitológico e coreográfico, bem como sua materialidade. Todavia, “a salvaguarda do Yaokwa depende, portanto, da proteção e valorização dos processos e recursos envolvidos na materialização deste rito”, complementa o Dossiê (2019).

Além do Ritual Yaokwa, que se inicia no mês de janeiro e finda em julho, há outros rituais que definem o calendário tradicional desse povo. O Lerohi, acontece com execução de peças músico-coreográficas na aldeia, utiliza pescarias Aikyuna - (práticas de utilização de venenos vegetais), e marca a continuidade das performances em danças executadas por homens e mulheres na aldeia. Os rituais Yaokwa e Lerohi tomam a quase totalidade das prestações e performances do ano (quase nove meses), sendo o Yaokwa o mais extenso, reforça o IPHAN (2018). O Salomã, por sua vez, consiste no reparo do roçado de milho (terras altas) e coleta de mel. Por último, o Kateoko, que marca o retorno das roças, é uma modalidade de domínio dos homens, dançado pelas mulheres. Desse modo, é possível afirmar que a vida dos enawene nawe é marcada por intensos rituais que acontecem durante todo o ano, condição necessária para a manutenção da harmonia entre os diversos seres, objetos e coisas que habitam os vários mundos, entre eles o natural e o sobrenatural.

O Ritual Yaokwa dura aproximadamente sete meses de intensa atividade de trabalho, dedicação e disciplina. Suas etapas vão desde a preparação das roças de milho e mandioca, confecção das armadilhas de pescas (barragens), pesca e preparo dos peixes, cantos e danças. Conforme destacou o Relatório de Execução – Etapa I (IPHAN, 2008), referente ao processo de Registro do Ritual Yaokwa (SEI 01450011160/2006-42), o depoimento fornecido pelos harekare (anfitriões)^[1] é fundamental para compreender a gama de trabalho humano utilizado na execução de atividades necessárias ao cumprimento das obrigações impostas pelo ritual.

Temos muito trabalho a fazer, ser hakekare dá muito trabalho, é preciso acordar cedo e dar duro até o fim do dia e, assim, repetir dia após dia, não acaba rápido, temos que dar conta, da fabricação do sal, de toda a indumentária, do cominho (por onde chegarão os yaokwa), da limpeza do pátio (VOLUME 2, PARTE 1, FOLHA 171).

O relato acima revela apenas uma pequena mostra do quantitativo de força de trabalho empreendido na realização do ritual, cuja responsabilidade é do grupo (homens e mulheres) que permanece nas aldeias. O outro grupo, formado apenas por homens, chamado de yaokwa, é responsável por confeccionar as barragens de pescas, pescar, preparar o peixe (moquear) e transportá-lo até o pátio das aldeias para o rito de oferenda aos espíritos.

Ao contrário dos rituais festivos celebrados entre os não indígenas, como as festas de santos, que geralmente consistem em separar a vida cotidiana dos sujeitos, os ritos que compõem o Ritual Yaokwa reforçam e estabelecem o cotidiano do grupo. Dar continuidade à celebração, de acordo com a cultura enawene nawe, é mais que uma celebração, é a garantia de sobrevivência do grupo, portanto, condição para permanecer vivos. Como bem ressaltou-se na Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI, “o Ritual Yaokwa não deve ser tomado como festa ou comemoração”, nem compreendido como “tempo extraordinário” (DAMATTA, 1997), que reforça a existência de uma prática cultural através da história e dos mitos, geralmente marcado pelo clima de descontração e sociabilidade.

O ritual em tela se diferencia dos demais tipos de celebrações, posto que se trata de um momento marcado por tensões e dúvidas. Seu objetivo é oferecer uma grande quantidade de peixes aos seres celestiais (os espíritos comedores de peixes), que regem toda a cosmologia dos Enawene Nawe, e conseqüentemente, a vida cotidiana (terrena) e vida sobrenatural, e que para eles são indissociáveis. Portanto, não se trata de ritos devocionais e festivos semelhantes aos que ocorrem durante as festas religiosas populares, recorrentes na região da Baixada Cuiabana, cujo pacto estabelecido entre as divindades e os fiéis é motivado por ações de agradecimentos resultados de graças alcançadas através de promessas.

No caso do Ritual Yaokwa, o intuito é agradar e saciar a fome dos temidos e implacáveis espíritos denominados de yakairiti, que dominam todos os recursos naturais, de onde é retirado o sustento material das aldeias. Os enawene nawe os descrevem como “feios, sovinas, preguiçosos, perversos e promovem doenças e mortes, e se contrariados podem lançar toda sorte de infortúnios” (PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO, 2010, folha 612). Portanto, todos os esforços empreendidos pelos grupos têm como objetivo evitar (abrandar) que a ira dos espíritos se dissipe através de infortúnios sobre os indígenas.

Habitando o mundo dos espíritos também se encontra os enore nawe (seres celestiais) que, segundo observação da consultora Juliana Almeida (2014), a partir dos relatos dos indígenas, são seres alegres, exuberantes, andam bem trajados, elegantes e exibem belos ornamentos, o que não significa dizer que eles são todo tempo espíritos bons. Porém, eles são o modelo de boa índole e moral a ser atingido, enquanto o modelo yakairiti deve ser evitado. Os Enawene Nawe, reforça a autora, procuram viver na terra conforme o modelo estabelecido por aqueles espíritos, que são associados a seus avós, e representam o ideal de bem viver, padrões de ordem, beleza e de conduta humana. No entanto, ambos são temidos e respeitados.

Resguardadas as especificidades quanto às visões de mundo e ao complexo ritualístico do Yaokwa, é possível estabelecer um paralelo entre a cosmologia enawene nawe e outras crenças religiosas como, por exemplo, a religião cristã no que tange ao sentido atribuído dual entre bem e mal, ou ainda entre céu e inferno, deus e diabo. Para Emile Durkheim “na base de todos os sistemas de crenças (fenômeno religioso) e de todos os cultos deve haver representações fundamentais e de atitude rituais que têm o mesmo significado e desempenham por toda a parte as mesmas funções” (DURKHEIM, 1996, p. X).

Esse povo não separa os aspectos religiosos da vida cotidiana e da natureza, como fazem os indivíduos de outras sociedades mais amplas. A intensa ritualização da vida cotidiana e respeito aos espíritos (maus e bons) reforçam o sentido de integralidade entre os seres, as pessoas, os objetos e a vida. Essa visão de mundo permite que o grupo trabalhe com a perspectiva monista. Segundo McGovern (apud NARANJO, 2015, p. 134), “os indígenas são preparados o bastante para não classificar às suas divindades ou aos seus

bons e maus espíritos. Nenhum demônio é totalmente bom ou mau”. Tudo está integrado e contribui para a harmonia entre as partes.

A coletividade, isto é, o fazer conjunto amalgama toda as formas de viver e existir dos grupos. É através das práticas rituais que eles reafirmam as dimensões Céu-Terra-Água. De acordo com Lisbôa (2010), os Enawene Nawe, certamente por terem sua existência marcada por complexos e rigorosos rituais, foram denominados de “Beneditinos da Selva”, pelo Pe. Bartolomeu Meliá.

Somente em 28 de julho de 1974, é que os Enawene Nawe, reduzidos à uma população de 97 pessoas, mantiveram o primeiro contato pacífico com integrantes da sociedade mais ampla. A expedição foi financiada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com sede em Cuiabá, e era composta pelos padres jesuíta Thomaz de Aquino Lisbôa (paulista) e Vicente Cañas (espanhol), os índios Nambikuara Roberto, Zezinho e Baiano e o índio Iránxe Tupxi.

Naquela época, conforme relatou Lisboa (2010), o método de atuação da Igreja Católica com vista à socialização/integração dos povos indígenas ainda se pautava pela retirada das crianças de suas famílias as mantendo em colégios para serem catequizadas por meio de celebração de missas e ensino da bíblia. No entanto, esses missionários, adeptos da Teoria da Libertação (vertente progressista da Igreja Católica), entendiam que a metodologia estava ultrapassada, e defendiam que as crianças indígenas deveriam ter o direito de ser “educadas” valorizando suas culturas, sem que fossem retiradas do convívio de suas famílias tradicionais. Portanto, defendiam um novo projeto de socialização com foco na valorização dos ritos, as histórias, os mitos e as tradições dos indígenas. Teriam os Enawene Nawe aprendido com os padres, que a cultura é sua maior riqueza e motivo de orgulho? Relatos comprovam que os indígenas anseiam que sua cultura, no caso o Ritual Yaokwa, seja divulgado para as instituições e a sociedade mais ampla, permitindo que todos conheçam seus modos de vida e, conseqüentemente, ajudem a valorizá-los.

De acordo com os registros históricos, o povo indígena enawene nawe difere de outros povos vizinhos que habitam a região (Myky, Rikbaktsa, Paresi, Nambikwara e Cinta Larga), não apenas pelas características culturais e modos de vida, mas sobretudo porque é considerado uma etnia que teve o contato tardio com a população não indígena, os brancos.

No entanto, Fausto Campoli, informante e colaborador no processo de diálogo entre o Iphan e os detentores, apesar de reconhecer o legado dos missionários Thomaz e Vicente por terem estabelecido contato direto com o grupo em 1974, reforça a ideia de que, a intensificação dos contatos *ou contatão*, como sugeriu o indigenista, entre o grupo e outros povos indígenas e não indígenas, só ocorreu de fato no final da década de 1980. É nesse período que os Enawene Nawe passam a ter acesso aos modos de vida existentes nos centros urbanos envoltos ao território indígena tradicional, principalmente Juína, Sapezal, Comodoro e Brasnorte.

Na década de 70, quando o grupo foi contatado pelos membros da Missão Anchieta, sua população não chegava a 100 habitantes. Em 2010, o número de pessoas aumentou para 540. Hoje, passados 10 anos de Registro do Ritual Yaokwa, a população das duas aldeias ultrapassa um mil habitantes. De acordo com Fausto Campoli, a Aldeia Halataikwa, mais antiga, possui aproximadamente 900 habitantes, e a Kolinakwa recém-criada em 2020, em decorrência de conflitos internos, tem aproximadamente 103 integrantes.

É importante destacar que a criação de uma segunda aldeia foi motivada pelo atropelamento, que resultou na morte criança enawene nawe. O acidente aconteceu na aldeia e foi provocado por um indígena que dirigia uma caminhonete.

O episódio, segundo relatou Fausto Campoli, acirrou os ânimos da população local e, que por pouco não gerou uma guerra interna. Durante o auge dos conflitos houve acusações e alguns indígenas, parentes da vítima, empunhando facões ameaçaram de morte a família do motorista. Por fim, os próprios indígenas conseguiram apaziguar a situação, evitando assim que outras mortes ocorressem. Porém, a cisão foi inevitável, resultando na criação de outra aldeia pelos clãs ligados à vítima. O rompimento não trouxe conseqüências apenas para as relações internas entre as famílias e clãs, que permanecem delicadas até os dias atuais, mas implicou diretamente na dinâmica do Ritual Yaokwa que agora são dois, um realizado em cada aldeia. Trataremos sobre o assunto mais adiante.

Estudo complementares do pós-registro e as ações de mobilização, valorização e difusão do bem cultural

Em 2012, dois anos após o reconhecimento do Ritual Yaokwa como patrimônio cultural imaterial do Brasil, o Iphan/MT, com o objetivo de dar início as ações de salvaguarda para o bem, contratou um consultor que visitou o grupo e realizou um prognóstico do atual contexto da celebração. Durante a visita à Aldeia Halataikwa, a principal demanda apresentada pelo grupo, que por sinal era urgente, era a escassez de peixe para a realização da celebração daquele ano. Diante da gravidade do contexto, o IPHAN repassou para a Funai em Juína (MT), os recursos financeiros destinados a compra do pescado ofertado durante o ritual, por entender que se tratava de uma “ação emergencial”. No entanto, a questão da escassez de peixes antecede o processo de pedido do Registro, muito provavelmente resultado de inúmeros empreendimentos hidrelétricos (Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH), instalados nos rios que integram à bacia do Rio Juruena. Infelizmente, por descontinuidade de diálogos entre Iphan e os detentores (guardiões dos saberes do ritual), o grupo entendeu que doravante, todos os anos, os recursos monetários necessários para a compra de peixes seria uma prática de salvaguarda recorrente.

Em 2013, um grupo formado por lideranças enawene nawe foram a Superintendência do Iphan em Cuiabá (MT), para cobrar pela liberação dos recursos financeiros destinados a compra do pescado. De acordo com os depoimentos dos servidores que presenciaram o episódio à época, a situação gerou uma certa tensão. Na ocasião, durante a reunião com a superintendente ao serem informados que ação ocorrida no ano anterior, tinha sido uma medida emergencial, portanto sem continuidade, o grupo se decepcionou e ficou um tempo sem contatar o órgão. Mesmo que o Iphan tenha discutido com eles sobre as especificações da política de patrimônio imaterial e os processos administrativos que envolve a burocracia do Estado acerca da liberação de recurso financeiros, é difícil para os indígenas compreenderem, pois, são temas com os quais eles não têm familiaridade. Aliás, essa questão é delicada para a maioria dos detentores de bens registrados, seja indígena ou não, pois, na visão deles o Iphan, por ser um órgão federal, é o próprio estado.

Dando prosseguimento as ações novas consultorias foram contratadas e realizadas a partir de 2014. O objetivo foi elaborar uma proposta preliminar para a implantação da salvaguarda do bem cultural e mapeamento de possíveis parceiros realização de articulações interinstitucionais. O serviço de consultoria foi realizado pela antropóloga Juliana Almeida, e os resultados apresentados foram os seguintes:

- Relatório Técnico de Avaliação e Recomendações ao Processo de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene - Nawe (PRODUTO 02 - 15 de setembro de 2014);
- Proposta de editoração do Dossiê IPHAN do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe (PRODUTO 03 – entregue no dia 06 de outubro de 2014);
- Relatório de viagem à Terra Indígena Enawene-Nawe e orientações ao Processo de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene - Nawe (Entregue no dia 10 de novembro de 2014);
- Caderno de experiências e boas práticas para o desenvolvimento de ações de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Indígena (PRODUTO 05 entregue no 12 de fevereiro de 2016);

De 2016 a 2018 outras pesquisas, com foco na salvaguarda do bem cultural, foram realizadas no âmbito do projeto “Os ciclos do Yaokwa entre os Enawene Nawe: qualificação e documentação de registros do Salomã”, uma parceria entre o Iphan e a Sociedade Amigos do Museu do Índio (SAMI), por meio do Termo de Colaboração nº 820854/2015. Os estudos resultaram na produção de um kit contendo registro em áudio, em audiovisual e encarte descritivo e ilustrado referente à fase ritual denominada Salomã, dedicada aos espíritos celestes (enore nawe)[2].

Nos estudos sobre etnologia brasileira vários artigos científicos refletem sobre as tentativas frustradas de diálogos com povos indígenas realizadas por agentes religiosos e representantes do estado. Um texto que aborda o assunto a partir das metáforas “estatua de mármore e estátua de murta”, foi escrito pelo

antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. O artigo cita um trecho do “Sermão do Espírito Santo”, de Padre António Vieira [1657], que narra sobre a “inconstância da alma selvagem dos povos indígenas”. O religioso associa os costumes indígenas a uma *escultura de murta*, um tipo de arbusto que necessita constantemente de podas a fim de manter a forma que se deseja. De acordo com Castro (2002), os Tupinambá pareciam sedentos para aprender os ensinamentos jesuíticos, mas a rapidez com que voltavam a seus antigos costumes era algo de assustador aos jesuítas. O uso metafórico da murta, que faz referência à inconstância da alma selvagem dos povos indígenas, ao mesmo tempo que é importante para compreender a dinâmica de pensamento dos Enawene Nawe também é propício para repensar sobre a condução de futuras ações de salvaguarda para o Ritual Yaokwa. Assim, é imprescindível que o processo de mobilização dos detentores seja sistemático e contínuo, de modo que os conteúdos e as tratativas construídas com o grupo não sejam sobrepostos por outras demandas externas.

Embora o propósito aqui não seja a realização de uma análise exaustiva do artigo, as reflexões nele apresentadas são úteis para pensar a gestão dos bens culturais imateriais indígenas. Se o processo de mobilização e capacitação de detentores na política de patrimônio imaterial (conceitos e alcance e limite etc.) é uma parte importante da salvaguarda, para o patrimônio indígena não é diferente. A característica de inconstância que os povos indígenas possuem, nesse caso, os Enawene Nawe, pode influenciar no sucesso ou fracasso das ações de salvaguarda executadas pelo Iphan. Assim, de hoje em diante, é importante que a interação entre o setor de patrimônio imaterial do Iphan/MT e os indígenas aconteça de forma sistemática e constante, evitando que as tratativas e acordos firmados caíam no ostracismo, em decorrência do agenciamento da “inconstância da alma selvagem”. Porém, é preciso lembrar que a gestão mínima do bem cultural Ritual Yaokwa esbarra em questões estruturais institucionais como: deficiência no quadro de pessoal da superintendência para acompanhar as ações de salvaguarda (só há um antropólogo para atender a todas as demandas do patrimônio imaterial), escassez de recursos financeiros para a implementação das ações, ausência parceria de instituições públicas e privadas na salvaguarda compartilhadas e localização geográfica (grandes distâncias separam as aldeias da sede do Iphan/MT, em Cuiabá).

Com o atual corpo técnico institucional é impossível manter um processo de mobilização e diálogo sistemático com o grupo sobre a política de salvaguarda. A “inconstância” ou rapidez com que eles mudam de opinião difere da capacidade institucional que o estado possui para garantir o entendimento dos indígenas sobre os conceitos e as regras acerca da salvaguarda dos bens culturais imateriais. Isso reflete diretamente na meta que o Iphan vislumbra atingir a longo prazo no que diz respeito à autonomia dos detentores para gerirem seus próprios patrimônios.

Ao citar o fragmento seiscentista, Castro (2002) também chama a atenção para uma questão delicada, que é a dificuldade de compreensão do papel do estado e o acesso às políticas públicas, por parte dos grupos, aqui no caso, as políticas de salvaguarda de patrimônio imaterial. Tudo isso somado ao desconhecimento do funcionamento das instituições do estado e a diferença entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Para os Enawene Nawe, qualquer instituição pública representa o estado, independente das especificidades de cada órgão. Nesse sentido, a ausência de mobilização e formação sobre a política desde o início do processo de pedido de Registro, gerou no pós-registro do Ritual Yaokwa uma série de equívocos, um deles foi o caso da compra dos peixes, conforme descrito anteriormente.

O processo de mobilização e diálogo com parceiros e detentores acerca da Revalidação

No dia 02 de julho de 2019, poucos dias depois que o técnico de patrimônio imaterial assumiu o cargo, estiveram na superintendência do Iphan/MT, localizada na Rua Comandante Costa, nº 1554, Bairro Centro Sul, duas lideranças Enawene Nawe (sotakatali = mestre de cantos) Kolaliene e Lolawinakwaene na companhia do indigenista Fausto Campoli (Ver imagem 1 – Relatório circunstanciado – Documento SEI 3000206), que articulou a visita com o arqueólogo da Superintendência, Francisco Succhi. O grupo tinha uma agenda com o governo do estado e aproveitaram para visitar a superintendência e obter informações sobre a salvaguarda para o Ritual Yoakwa. Na época, o antropólogo ainda estava conhecendo a instituição e a dinâmica dos bens registrados no estado. A reunião teve início às 9 horas,

com a presença da superintendente, o chefe da Divisão da Técnica e o antropólogo. Segundo Campoli, que se responsabilizou pela tradução dos diálogos, as lideranças buscavam informações sobre as últimas ações do Iphan realizadas na aldeia, especialmente os desdobramentos do projeto executado em parceria com a SAMI, que resultou na publicação “Salomã: Espíritos Celestiais”. Foi quando a superintendente ressaltou que as tratativas e as ações de salvaguarda realizadas até o momento estavam sendo conduzidas pelo DPI/Iphan, em Brasília. E que no mês seguinte, em agosto, estava prevista uma viagem do técnico de patrimônio imaterial à capital com o objetivo de receber as demandas para começar a executá-las da própria superintendência.

Na oportunidade, os indígenas, ao contrário do que ocorreu com o episódio da compra de peixes, demonstraram compreender o papel do Iphan na salvaguarda do bem cultural. Ou seja, eles não estavam interessados na busca de recursos para adquirir os peixes para o ritual ou impondo ao instituto medidas emergenciais para impedir a construção de hidrelétricas na Terra Indígena Enawene Nawe (TI), mas, que o órgão preservasse seu patrimônio cultural por meio de pesquisas, inventários e documentação dos saberes relacionados ao Ritual Yaokwa como os cantos, a língua, os lugares sagrados, os mitos etc. Segundo Fausto Campoli, eles veem o Iphan como um parceiro capaz de ajudá-los na preservação de seus modos de vida para as futuras gerações. O avanço do tipo de desenvolvimento econômico adotado nas proximidades da TI, as intensas trocas realizadas com as populações não indígenas das redondezas e, mais recentemente, o uso de aparelhos celulares e o acesso às redes sociais, estão provocando mudanças rápidas na cultura enawene nawe. Sobre tais mudanças abordaremos mais adiante.

Em outubro de 2019, a Superintendência do Iphan/MT realizou uma videoconferência na sua sede com a participação da Coordenadora Geral de Promoção e Sustentabilidade, Rívia Ryker Bandeira de Alencar, do Coordenador Geral de Identificação e Registro, Deyvesson Gusmão, da Coordenadora de Registro, Marina Lacerda, dos técnicos Aline Beatriz Miranda da Silva e Luan Silveira Alves de Moura, e dos representantes da OPAN, o indigenista Ricardo da Costa Carvalho e Andreia Fanzeres, responsável pelo Programa de Direitos Indígenas. A reunião teve como objetivo discutir sobre a apresentação de um novo pedido de registro sobre a “pesca de mascreação” (pesca de mergulho com auxílio de máscara e arpão), realizada por alguns povos indígenas que vivem na bacia do rio Juruena, que a entidade seria a proponente. Após uma breve apresentação sobre a prática cultural, os indigenistas foram questionados sobre o motivo que levou a entidade deixar de prestar assistência aos Enawene Nawe, visto que na época ela foi a proponente do pedido de Registro do Ritual Yaokwa. A justificativa foi que o projeto institucional que assistia o grupo terminou, e porque houve alguns conflitos envolvendo ambas as partes. De modo que a OPAN afirmou não ter interesse em continuar colaborando com o Iphan no processo de salvaguarda e da revalidação do ritual, que estava prestes a acontecer[3]. Sem a possibilidade de parceria com a entidade, intensificamos os diálogos com o indigenista Fausto Campoli, que tem contribuído mediando os diálogos entre o setor de patrimônio imaterial e os Enawene Nawe.

Oficialmente o processo de mobilização com foco na avaliação do processo de Revalidação do Título de patrimônio cultural do Brasil atribuído pelo Iphan ao Ritual Yaokwa ocorreu no dia 8 de julho de 2021, quando foi realizada uma oficina para subsidiar a elaboração da nota técnica. A reunião foi conduzida pelo técnico, Rodrigo Ramassote, com a participação do técnico da Superintendência do Iphan em Mato Grosso, Francimário Vito dos Santos, dos técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Ivana Cavalcante, Aline Beatriz Miranda da Silva e Luan Silveira Alves de Moura, e do colaborador eventual Fausto Campoli, que acompanha o grupo desde os anos 90. A Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI, emitida no dia 20 de julho, foi produzida a partir das discussões apresentadas durante o encontro, com as orientações a serem observadas na elaboração do parecer técnico.

No dia 04 de agosto foi realizada mais uma reunião virtual com os técnicos do DPI, o técnico do Iphan/MT, Fausto Campoli e a servidora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Vilhena/RO, Iana Teresa Moura Gomes, que atua com os Enawene Nawe desde 2016, para discutirmos as estratégias de mobilização/participação das lideranças indígenas no processo de Revalidação. Na oportunidade esclareceu-se sobre as dificuldades para mobilizar os grupos diante do contexto restritivo a entrada de não indígenas as aldeias, imposto pela pandemia do Covid 19. Se por um lado não havia estrutura de internet nas aldeias, que permitisse a participação deles nas reuniões virtuais, por outro não havia previsão de recursos financeiros para custear a visita do técnico as aldeias. A única alternativa naquele momento era esperar pela execução da ação de salvaguarda que realizar-se-á nas aldeias no mês de

outubro ou novembro[4], quando acontecerá a devolutiva das publicações “Dossiê do Registro” e “Salomã: Espíritos Celestiais”.

Fausto Campoli, que reside em São Paulo, comentou sobre a possibilidade de realizar uma visita às aldeias enawene nawe para cumprir uma agenda do CIMI/MT, possivelmente ainda no mês de agosto, mas não tinha certeza. Caso sua vinda se concretizasse, ele se comprometeu em contribuir com o Iphan no processo de mobilização e participação dos indígenas no processo de revalidação. Caso a visita do colaborador ocorresse definiu-se que os diálogos em questionário semiestruturado seriam realizados com os sotakatali (mestre de cantos), agentes importantes na realização do Ritual Yaokwa, que acompanharam as atividades de pesquisa do pedido de Registro[5]. De acordo com o Dossiê (2018), “os sotakatatare são, por excelência, os mestres da atividade ritual, guardiões da cultura enawene nawe, sendo imensa a importância, admiração, respeito, prestígio e autoridade a eles coletivamente conferidos”. Como observou Almeida (2014), os sotakatatare emergem como figuras centrais dentro da organização sociopolítica deste grupo Arawak, demonstrando o vínculo de sua atuação ao regime cosmopolítico que regula as relações entre os Enawene-Nawe e os espíritos subterrâneos ou celestes, questão central para a execução dos cerimoniais.

A respeito da escrita do termo “sotakatatare”, com a terminação “re”, Fausto Campoli, explicou que, com o aprofundamento das pesquisas sobre a estrutura linguística Arawak verificou-se que a palavra apropriada é *sotakatali*, como “li” no final, uma vez que, o sufixo “li” corresponde ao masculino, e o sufixo “lu”, ao feminino. Desse modo, usamos neste parecer técnico o termo *sotakatali*, ao invés de sotakatatare, como aparece no Dossiê e em outras publicações sobre o grupo.

A viagem se concretizou e o colaborador chegou a Cuiabá no dia 16 de agosto, permanecendo nas aldeias por oito dias (18 a 26). De posse de um questionário semiestruturado (Ver Relatório circunstanciado - Documento 3000206), fornecido pelo técnico do Iphan/MT, ele conversou com as principais lideranças sobre o atual contexto de realização da celebração, os possíveis benefícios obtidos com o Registro, as mudanças ocorridas no ritual após os 10 anos e outras questões estruturais como o acesso aos recursos naturais e o avanço do modelo de desenvolvimento econômico adotado na região, que podem impactar diretamente na continuidade do bem cultural. No dia 27 de agosto, já em Cuiabá, Fausto Campoli entregou ao material produzido com as lideranças indígenas (áudios, textos e imagens) garantindo, portanto, a participação do grupo no processo de reavaliação do título. O colaborador também contribuiu dando uma entrevista ao técnico do Iphan/MT expondo sobre suas percepções, vivências e o contexto atual dos Enawene Nawe.

Essa foi a metodologia de produção de dados empíricos encontrada pelo Iphan/MT para cumprir as recomendações prevista na Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019. No seu Artigo 6º, ela recomenda que a elaboração deste Parecer Técnico deverá integrar, na forma que couber, detentores, parceiros e demais segmentos interessados. O Roteiro básico para a Reavaliação, anexo à referida Resolução, orienta que a realização dos trabalhos aconteça, “da maneira mais oportuna, e conduzidos de acordo com o formato definido pelos técnicos” das Superintendências Estaduais, sugerindo-se que se descreva como se deu a participação na produção do Documento. Houve, por parte do técnico de patrimônio imaterial da Superintendência estadual, o cuidado de elaborar um questionário semiestruturado mesclando questões do roteiro básico e temas relevantes apontados na Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI.

Até o presente momento o Iphan/MT dispõe de poucos parceiros (pessoas) que atuam diretamente com o grupo, é o caso de Fausto Campoli e Lana Teresa Moura Gomes, da Funai, de modo que as entrevistas foram realizadas apenas com eles. Além das informações resultantes dessas entrevistas, utilizamos o conteúdo resultante das rodas de conversas mediada pelo colaborador com algumas lideranças Enawene Nawe (Ver Imagens 3 e 4 no Relatório Circunstanciado - Documento SEI 3000206). Também ouvimos a historiadora e servidora do Iphan, Marina Lacerda, que na época do Pós-Registro do Ritual Yaokwa acompanhou algumas atividades em prol do bem cultural. O quadro abaixo apresenta os dados referentes à participação de detentores do bem cultural (guardiões) e de parceiros no processo de revalidação.

Quadro 1: Relação dos detentores e parceiros entrevistados/as

<i>Detentores do Ritual Yaokwa</i>			
Nome	Nasc.	Função	Aldeias
Kolaliene	17/8/69	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Kalaina	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Atainaene	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Kayowekaseatokwe	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Takaka	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Xayone	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Wawala	06/6/54	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Kodaitaene	07/4/61	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Daleroseatokwe	07/5/52	Sotakatali (mestre de cantos)	Halataikwa
Lolawinakwaene	-----	Sotakatali (mestre de cantos)	Kolinakwa
Anaoli	06/5/59	Sotakatali (mestre de cantos)	Kolinakwa
<i>Parceiros e técnicos do Iphan</i>			
Nome	Nasc.	Instituição	Local
Fausto M. Campoli	-----	Colaborador eventual	São J. Campos/SP
Iana T. M. Gomes	-----	Indigenista especializada da Funai	Vilhena/RO
Marina Lacerda	-----	Coorda. de Registro - DPI/Iphan	Brasília/DF
Elza M. G. da Silva	-----	Chefe Divisão Adm. Iphan/MT	Cuiabá/MT

Fonte: Setor de Patrimônio Imaterial do Iphan/MT (2021).

Paralelamente à produção de conhecimento empírico, contemplamos as reflexões acadêmicas do campo da etnologia brasileira, bem como os relatórios circunstanciados produzidos por pesquisadores/consultores sobre a salvaguarda do Ritual Yaokwa. Este Parecer, portanto, será subdividido em subtítulos, a partir das informações emitidas pela Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI e pelo Roteiro básico para a Reavaliação, anexo à Resolução nº 5/2019, observando-se as particularidades do bem cultural.

BLOCO 1 – CONDIÇÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO BEM CULTURAL

Diagnóstico de elementos acrescidos e suprimidos do ritual

Conforme ressaltado na nota técnica, a partir da descrição sumária constante da Certidão e do que é apresentado no Dossiê, “os aspectos culturalmente relevantes” que estruturam o Ritual Yaokwa são:

1. A cosmologia expressa na complexa dramaturgia de relações entre os seres sobrenaturais e humanos que fundamenta a existência do Povo Enawene Nawe;
2. O conjunto de músicas, coreografias e elementos estéticos, que constituem o acervo e atualizam a memória coletiva Enawene Nawe;
3. As funções assumidas no ritual que expressam a organização social dos nove clãs patrilineares que compõem a sociedade Enawene Nawe. O revezamento dos clãs nos papéis de anfitriões e pescadores a cada dois anos permite marcar o tempo e recompor a historicidade desse povo baseada em quando cada clã esteve no desempenho desses papéis;
4. Os saberes e práticas relativos ao manejo dos recursos naturais, às manifestações musicais, coreográficas e estéticas, aos adornos corporais e todos os outros conhecimentos postos em prática no ritual que são transmitidos geracionalmente, constituindo os caminhos da tradição (NOTA TÉCNICA nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI).

Para melhor compreensão das reflexões sugeridas na nota, optamos por citar cada um dos aspectos estruturantes e, em seguida, produzir os argumentos relacionados as implicações e o estado atual da celebração, a partir dos relatos do colaborador Fausto Campoli[6], representantes dos Enawene Nawe, e da servidora da Funai/Vilhena (RO), Iana Gomes. Conforme observamos no material empírico, a celebração continua vigente, porém, com alguns ajustes e adaptações.

Ao ser questionado se os Enawene Nawe tinham interesse pela revalidação do título de patrimônio cultural atribuído pelo Iphan ao Ritual Yaokwa, Fausto Campoli, afirmou que o grupo não apenas quer a “renovação”, manifestando-se através de anuências (Ver Documentos SEI 2976466 e 2976498), como demonstrou abertura para discutir sobre as possibilidades de apoio do instituto para a sustentabilidade cultural da prática. Os detentores percebem que o reconhecimento trouxe alguns benefícios como a divulgação de sua cultura para um público mais amplo e o acesso a recursos financeiros oriundos de outras instituições públicas.

Em 2017, em atendimento ao chamamento público através do EDITAL DGM/Brasil Nº 02, a Associação Etno-cultural Indígena Enawene Nawe (AECIEN) inscreveu o projeto “Enriquecimento de quintais com mudas frutíferas” e foi contemplada com recursos financeiros no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)[7]. No ano de 2019, a associação também foi premiada na 2ª Edição do Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT’s), com a boa prática (proposta) “Ritual Yaokwa”[8]. Portanto, o título de patrimônio cultural imaterial do Brasil atribuído ao Ritual Yaokwa, tem permitido aos Enawene Nawe o acesso de forma equânime aos recursos financeiros oriundos de políticas públicas implementadas por outros órgãos e instituições.

Segundo Fausto Campoli, eles ainda se referem ao Iphan, de forma positiva, com a entidade que ajudou na compra de peixe em 2013: “porque o Iphan deu peixe para a realização do ritual”. A ação emergencial destinada a compra de peixes ocorreu em parceria com a Funai, e de acordo com Almeida (2014), custou

algo em torno de 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). A colaboradora Iana Gomes, ao ser questionada sobre consequências do Registro, relatou o seguinte:

Eu acredito que o registro seja muito importante. Do ano que estou aqui com eles, a gente participou de alguns editais que eu consegui tempo para ajudá-los a escrever, e entendo que ter esse ritual reconhecido como patrimônio cultural foi fundamental para conseguir essa classificação nos editais. E eu vejo que os enawene sempre falam dos rituais deles como um todo como sendo uma coisa muito importante, a cultura deles sendo muito importante, bonita e que deve ser vista por todos. Então, a comunidade é unânime em dizer que eles veem com bons olhos. E esses editais que participamos fomos beneficiados não só por isso, mas principalmente por ter esse reconhecimento (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021).

Com base nas informações trazidas pelo colaborador, a celebração do ritual continua vigente, e representa o momento de conexão entre os seres sobrenaturais e os humanos, vital para existência do grupo. As roças de milho e mandioca continuam sendo preparadas e cultivadas para suprir as demandas do evento. Atualmente o grupo que reside na aldeia Halataikwa está mobilizado no processo de mudança e construção da aldeia nova, cujo local encontra-se distante cerca de 15 quilômetros da antiga. Segundo Fausto Campoli, trata-se de uma prática cultural do grupo que consiste em deixar a “terra descansar”. O grupo estava instalado nesse lugar a aproximadamente 20 anos. Percebe-se que a preocupação do grupo com as roças é vital, haja vista que as primeiras atividades realizadas foram a escolha do terreno, a limpeza e plantios das espécies usadas no ritual, para em seguida providenciar a construção das unidades residenciais. A previsão, segundo relatou Iana Gomes, é que a mudança das famílias para a nova aldeia ocorra até o mês de novembro de 2021. Durante a produção deste parecer técnico recebemos imagens da construção das instalações da nova aldeia, com ênfase para a Casa dos Yaokwa, lugar sagrado onde ficam guardadas as flautas utilizadas no ritual, e que, portanto, deve ser a primeira construção a ser erguida no espaço. (Ver imagens 5, 6 e 7 - Relatório circunstanciado - Documento SEI 3000206).

As *barragens de pescas* ainda são utilizadas, apesar da escassez de peixes nos rios ser uma realidade, que se intensifica a cada ano devido ao número de empreendimentos hidrelétricos instalados nos mananciais. Segundo Fausto Campoli, há algumas armadilhas de pesca instaladas nos rios em torno da TI, mas a captura do pescado é mínima diante da grande quantidade de peixe utilizada durante o ritual. Hoje o agenciamento de todo esse patrimônio material é necessário para a realização do ritual, que tem como objetivo reverenciar e oferecer alimentos aos seres sobrenaturais, responsáveis pela harmonia da cosmopolítica do grupo. Ou seja, a obrigatoriedade de agradá-los com fartos banquetes, está diretamente relacionada com a existência desse povo. É daí que surgem a preocupação dos sotakatali pela busca por peixes, quando se aproxima o início do ritual.

Iana Gomes não soube discorrer com precisão se houve mudanças significativas na estrutura do Ritual Yaokwa durante os anos que sucederam o Registro, já que segundo ela até hoje não conseguiu visualizá-lo na sua totalidade, pela gama de elementos, seres, objetos e sentidos que são engendrados para a sua execução. Todavia, descreveu alguns itens, que ao longo dos anos se tornaram evidentes, principalmente em relação à logística utilizada para viabilizar a celebração. Entre eles, o uso do automóvel pelo grupo, destacou a colaboradora.

Não só barcos [a motor], teve a introdução de carros, caminhonetes. De alguns anos para cá os Enawene Nawe tiveram acesso a uma estrada que liga a BR à aldeia, então o pessoal também se desloca para buscar os peixes [de piscicultura] usando automóvel. Uma outra coisa, antes, os preparativos do ritual aconteciam somente próximos às barragens, hoje eles têm um ponto de apoio [uma espécie de entreposto] no entroncamento do rio Papagaio com o rio Juruena, bem na pontinha da terra indígena onde é recebido o pescado comprado das empresas em Juína. Eles carregam um pouco de peixe em Brasnorte também, aí chegam nesse ponto onde ficam a grande parte dos Yaokwa e as pessoas que iam só para o ritual, esperando para descarregar as cargas. As 20 toneladas de peixes são deixadas nesse ponto, que por sua vez são transportadas de carros para receberem o devido tratamento próximo as aldeias (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021. Observações nossas entre colchetes).

Ainda no que tange à logística do pescado para fins ritualístico, Iana relatou como ocorre processo de distribuição do peixe e a participação da Funai. São operações bem articuladas entre as empresas

fornecedoras e grupo, de modo a evitar que o peixe se estrague aguardando ser receber o devido preparo para ser ofertado aos espíritos.

Eles ficam por volta de uma semana, dez dias no local de recebimento dos peixes, dependendo de quantos dias leva para adquirir esse peixe. Porque normalmente a Funai contribui com a logística e a gente não tem condições de fazer esse transporte imediato, cerca de 20 toneladas não é fácil de transportar em um dia. Geralmente são divididos em três dias. Um dia para a despesca [nos tanques], outro a Funai transporta, e o dia seguinte o grupo usa para limpar e moquiar o peixe. Aí, passado esse tempo volta todo o processo de novo. Isso é algo que não acontecia antes, não tinha a compra desse peixe. Esse ponto não era um ponto onde eles ficavam, eles faziam tudo nas barragens (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021. Observação nossa entre colchetes).

A inclusão de carros para facilitar a estrutura logística necessária à organização do ritual e a criação desse lugar específico (uma espécie de “entrepasto”) para o descarregamento do peixe vindo dos criatórios são elementos que antes não faziam parte do contexto da celebração, e que foram introduzidos nesses 10 anos. Assim, tanto os carros como o entreposto (lugar de entrega dos peixes) se caracterizam como elementos que foram acrescentados ao ritual, e que já fazem parte da dinâmica da celebração. Observa-se que o uso de barco a motor há alguns anos, quando o peixe era capturado por meio das *barragens*, foi uma ferramenta importante no transporte dos insumos até a aldeia. Apesar de os barcos a motor não desempenharem a mesma função que tinha antes na logística de preparação do ritual, sendo atualmente realizada por caminhonetes, o uso do combustível (óleo diesel), continua desempenhando sendo essencial no processo. Os custos com combustíveis associado à compra de peixes são os principais responsáveis pela crescente monetarização que incidem hoje na realização do Ritual Yoakwa.

Alguns objetos e utensílios tradicionais confeccionados a base de cerâmica (panelas) e fibras vegetais (urupemas etc) usados no ritual aos poucos foram substituídos por panelas de alumínio e bacias de plásticos. O Dossiê descreve que o uso de utensílios de alumínio facilmente encontrado nos centros urbanos no entorno das aldeias já era difundido na época da pesquisa do Registro.

As bacias desse material estão, hoje, difundidas em todas as casas, bem como, as grandes panelas de cerâmica que têm sido substituídas, em geral, pelas grandes panelas de alumínio, permanecendo apenas algumas menores – que são utilizadas para servir o alimento cerimonial durante o banquete ritual (IPHAN, 2018, p. 39).

Ressalta-se que a substituição de objetos ou elementos utilizados em alguma fase de um bem cultural desde que não interfira na sua essência faz parte das adaptações engendradas pelo grupo para mantê-lo vivo. Em outras palavras, os ajustes estão intrínsecos à dinâmica cultural, e podem ser observados, por exemplo, no processo de confecção da Viola de Cocho, outro bem cultural registrado que se encontra em fase de revalidação. Antes os artesãos que confeccionam o instrumento usavam as tripas de um animal para montar o encordoamento, e hoje utilizam fios de Nylon ou “linha de pesca”, como costumam dizer. No caso da substituição dos utensílios usados no ritual, as mulheres alegaram principalmente a praticidade e a facilidade. Isso porque “as bacias são mais leves e práticas para manusear, e as panelas aceleram o cozimento dos alimentos, otimizando o tempo e, principalmente, o gasto de lenha que se torna conseqüentemente menor” (IPHAN, 2018, p. 40).

Prosseguindo com a análise de elementos e ritos que foram acrescentados ou suprimidos ao contexto de realização do ritual, Fausto Campoli observou a descontinuidade do rito de iniciação dos jovens do sexo masculino, que acontecia apenas durante a celebração do Ritual Yoakwa. Relatou o colaborador que durante o rito organizado por cunhados, os jovens entre 12 e 13 anos, tinha aderido à genitália uma *palhinha* (fibra vegetal). A contrapartida ou pagamento realizado pelos jovens se dava em através de artesanatos e panelas de barro. O distintivo era parte essencial do estojo peniano usado pelos homens, mas que caiu em desuso quando eles passaram a usar roupas.

As comidas tradicionais oferecidas durante o ritual continuam sendo o peixe (oriundo de criatório), o sal, e os derivados de mandioca e milho (mingaus). No entanto, pontuou o colaborador, o arroz, aos poucos está sendo introduzido no banquete. A substituição de alguns alimentos consideradas tradicionais por outros, vem ocorrendo de forma crescente em todos os rituais realizados pelo grupo. A inhambu, uma espécie de aves presente na fauna local, oferecida durante o Ritual Salomã foi substituída pela carne de frango comprado nos mercados da cidade. A diminuição de proteína animal está diretamente ligada à crescente transformação imposta pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado na região,

sobretudo com a construção de empreendimentos de geração de energia – Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e o agronegócio. A questão, segundo Fausto Campoli, não afeta apenas a realização dos rituais, “ela é preocupante porque traz à tona um sério problema já vivido nas aldeias, que é a perda de segurança alimentar do grupo” (Informação verbal, 2021). A colaboradora Iana que acompanha a rotina dos Enawene Nawe com mais frequência, também demonstrou a mesma preocupação. Segundo ela é cada vez mais crescente a dependência do grupo pelo consumo de produtos fornecidos pelos centros urbanos. Eles buscam desde produtos de primeira necessidade como gêneros alimentícios até diversão.

Os jovens vêm muito para as cidades, às vezes ficam por aqui [Vilhena/RO], vem e ficam dez dias na cidade, né. E há uma briga dos pais, dos líderes, que não aceitam a ausência dos filhos no ritual, por estarem na cidade gastando dinheiro. Eles ficam em hotel (IANA GOMES, depoimento oral, 2021. Observação nossa entre colchetes).

Ainda sobre a dependência exponencial do grupo aos estímulos oferecidos pelos centros urbanos, a colaboradora reiterou o que Fausto Campoli chamou de *contatão*. Para ela, a intensidade e a rapidez com que as interações entre os Enawene Nawe e a população das cidades adjacentes ocorridas nos últimos anos é um fator que preocupa. As relações não são simétricas nem são pautadas por afetos, o que dificulta a socialização dos jovens com os modos de vida da sociedade mais ampla.

Aumentou e muito. Questões de relações financeiras, com os mercados, manutenção de veículos, tudo isso é sempre muito intenso. E, se por um lado, essa população [que se beneficia com o consumo do grupo] quer essa aproximação dos enawene, porque eles geram um fluxo financeiro, por outro lado eles se aproveitam de suas fragilidades impondo relações abusivas de consumo [oferecendo mercadorias que eles não precisam]. As mesmas pessoas que incentivam eles a consumirem, são as mesmas que denunciam, que buscam meios de boicotá-los na sociedade, faz denúncias na polícia para que eles sejam pegos por não possuírem habilitação, pelo carro que está irregular etc (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

A rejeição que a população do entorno das aldeias tem ao grupo pode ser motivada pela falta de conhecimento sobre os modos de vida dos Enawene Nawe. Por outro lado, também pode ser resultado da repercussão do assassinato de um topógrafo e espancamento de seu auxiliar, que a mando de um fazendeiro estavam no território tradicional do grupo realizando medições para futuros cercamentos. As investigações apuraram que o episódio foi protagonizado por alguns enawene nawe. O caso aconteceu em 1984, e segundo Lisbôa (2010) ganhou repercussão na mídia nacional através de alguns jornais como o Globo e o Correio Brasiliense. A nível local, “o clima de revolta, promessa de revanche contra os índios, em Juína, era tenso” (LISBÔA, 2010, p. 97). Se antes do episódio a população indígena já não era bem-vista pelos moradores da cidade, depois a rejeição só tendeu a aumentar. Não se sabe se outros conflitos surgiram nas décadas seguintes que acirraram ainda mais a rejeição, mas o fato é que os indígenas são estigmatizados pelos moradores de Juína. Hoje, a população da cidade os tolera pelo poder de consumo que eles possuem.

Embora os indígenas contribuam financeiramente para movimentar a economia local, as relações com as comunidades externas (não indígenas) são unilaterais, e mediadas apenas pelas regras de mercado/consumo. Esse contexto propicia aos moradores da cidade a aproveitarem-se das fragilidades do grupo, que não domina os códigos impostos pela sociedade mais ampla. Alguns fazendeiros cujas terras fazem fronteira com a TI não têm uma convivência amistosa com o grupo. Nessas terras localiza-se o rio Preto, território tradicional dos Enawene Nawe, que ficou de fora no processo de demarcação. A região banhada pelo rio, por ser rica em nutrientes orgânicos é usada pelos indígenas para coleta de vários elementos usados no Ritual Yaokwa como conchas, resina, fibras vegetais, o sal vegetal oferecido aos espíritos entre outros.

Atualmente, segundo informações repassadas pelos colaboradores, os Enawene Nawe estão proibidos de transitarem e pescarem no local, inclusive, sob a ameaça de morte. Iana Gomes acrescentou que, segundo eles, se conseguissem instalar mais uma barragem de pesca no rio Preto, além das outras três que já existem, o problema de escassez de peixe seria minimizado, já que em suas águas ainda há muita oferta de peixes.

Isso, por ser propriedade particular [Rio Preto] eles já tiveram problemas com os fazendeiros lá, que não aceitam a construção das barragens de pesca. Nos dois últimos anos houve uma tentativa de conversa com os proprietários, para que permitisse a implantação da armadilha, mais nada, mas os proprietários se recusaram a recebê-los, não quiseram nem saber de barragem, nem de conversa. Os enawene alegam que se eles tivessem essa barragem conseguiriam diminuir impacto de recurso financeiro na compra dos peixes (IANA GOMES, depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

Por outro lado, a relação dos Enawane Nawe com os outros povos indígenas que habitam à região, segundo Iana Gomes, é amistosa, principalmente com os vizinhos Parecis, que permite ao grupo a coleta de tabocas. Vale ressaltar que a Aldeia Kolinakwa, criada em 2020, encontra-se localizada nas proximidades da terra indígena Parecis, o que deve facilitar ainda mais as interações. O fato desse povo já ter aderido ao agronegócio, através da produção de soja e do turismo ecológico, tem influenciado [9] essa pequena parcela da população enawene nawe, formada por cerca de 130 habitantes, a aderir à atividade econômica em escala industrial. No entanto, segundo os colaboradores, não há consenso entre os grupos das duas aldeias sobre a questão. O fato de ter havido um rompimento entre clãs, resultando numa nova aldeia, não significa que são grupos diferentes. Institucionalmente para fins de acesso às políticas públicas, os indígenas que habitam as duas aldeias continuam sendo Enawene Nawe.

Conforme ressaltou a colaboradora, a rejeição ao grupo por não indígenas não deve ser vista de forma generalizada, visto que o poder público através da Prefeitura Municipal de Juína tem atendido algumas demandas do grupo.

Juína é quem mais contribui em termos de apoio, de repasse, de atender, de ouvir, mesmo diante do atual governo. Claro, a gente não conseguiu ver esse impacto porque está muito recente, mas o anterior sempre abriu as portas para fazer reuniões, apoiava a Funai. Juína é o município mais próximo, apesar de todo o histórico conflituoso, né, mas mesmo governos que não eram de esquerda também já contribuíram abrindo estradas. Mesmo que fosse com outros interesses, fizeram né. Com os municípios mais distantes essa abertura não é tão dada como em Juína. Em Comodoro também tivemos uma abertura, mas ficou só na fala (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021).

A propósito, a assessoria pedagógica das escolas das aldeias é realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Juína, através da servidora Eulália Zambiasi, e os professores indígenas fazem parte do quadro de funcionários da Escola Estadual Indígena Myhyinymkyta Skiripi, localizada em Comodoro (MT), segundo afirmou o Coordenador de Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT, Lucas Albuquerque de Oliveira.

A escola, de acordo com os indígenas é a única maneira de ensinar as crianças e os jovens sobre os códigos culturais usados pelos brancos. A garantia de conhecimento mínimo como a fluência na língua portuguesa e o domínio da matemática, são fundamentais para a sobrevivência das futuras gerações, segundo o entendimento do grupo. No entanto, as escolas indígenas têm o dever de formar cidadãos capazes ler e compreender a realidade sociocultural de forma ampliada. Nesse sentido, as matrizes curriculares devem priorizar tanto o conhecimento formal como o não formal (saberes tradicionais do grupo). Através da educação os indígenas conhecerão os códigos e costumes praticados pelos indivíduos que compõem as sociedades externas como a língua, as leis ambientais, a política, a economia etc. Portanto, por meio da educação, os indígenas adquirem embasamentos para argumentarem com as pessoas não indígenas e agentes do estado, principalmente sobre temas que lhes são caros, como a reivindicação de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, acesso às políticas públicas e parcerias.

Portanto, os indígenas reconhecem que a educação nas aldeias além de ser um meio de inclusão, garante também a autonomia do grupo nos processos que envolvem relações de sociabilidades com os membros da sociedade brasileira. Porém, segundo Fausto Campoli, as escolas indígenas são improvisadas e as aulas ocorrem em barracas cobertas com lonas plásticas. O ensino formal nas aldeias, de responsabilidade do governo do estado não contempla materiais didáticos apropriados que permitam aos professores trabalhar aspectos educacionais formais e não formais, sobretudo no que tange a adoção do calendário tradicional que reforçam os modos de vida do grupo. As disciplinas ministradas não dialogam com os diversos saberes, lugares sagrados e mitos, que são engendrados durante o período de celebração do

Ritual Yaokwa. A situação do ensino se agravou com a pandemia do COVID 19, quando alunos passaram a estudar por meio de apostilas enviadas pelos professores.

Segundo Fausto Campoli, os sotakatali guardam na memória e, reproduzem através da oralidade, uma infinidade de cantos ancestrais proferidos durante as atividades do ritual, e que necessita de pesquisa e documentação para garantir a continuidade do bem cultural. Uma forma de salvaguardar esses saberes, destaca ele, seria a inclusão dos mestres nas escolas indígenas das aldeias de modo que, em diálogo com os professores, responsáveis por ministrar para as crianças as matérias do currículo, possa transmitir aos alunos o conhecimento sobre o mundo externo ao mesmo tempo que os ensina a valorizarem seus saberes e modos de vidas. Dessa maneira, garante-se a sustentabilidade dos conhecimentos tradicionais ligados às músicas, coreografias, técnicas, objetos, lugares sagrados, mitos, crenças etc, que se conectam com o Ritual Yoakwa.

No tocante a oferta de um ensino escolar institucionalizado, que abarque os conhecimentos formais e informais, Fausto Campoli afirmou que no passado já se realizou uma atividade pontual na escola, e que contou com a participação de um sotakatali. Na ocasião, à medida que os cantos eram reproduzidos na sala de aula, o mestre explicava para os alunos os significados dos lugares míticos e seres sagrados referenciados na melodia. Isso, segundo o colaborador, despertou a curiosidade das crianças de conhecerem mais sobre sua própria história. Mas, foi uma atividade isolada que não houve continuidade. No entanto, recentemente quando ouviu do grupo, que os jovens não têm interesse em participar do ritual, ele entende que ações como aquela, com vista à inclusão dos sotakatali nas escolas são fundamentais para garantir o interesse das crianças de conhecer e valorizar a cultura de seu povo. Os mestres dos cantos possuem um vasto conhecimento sobre o meio ambiente, a ecologia, a fauna e a flora, com potencial para serem abordados durante em sala de aula a partir do viés da etnohistória, etnobotânica, etnogeografia e da etnomedicina.

Durante os projetos que foram executados na aldeia, foram realizadas formação na área de produção de vídeos, capacitando alguns jovens indígenas para documentar os rituais e práticas realizadas nas aldeias. Para isso, foram adquiridos alguns equipamentos (computadores, câmeras de fotografia e vídeos, HD's etc.), com os recursos financeiros dos projetos, que ficaram disponíveis na aldeia após a conclusão das atividades. O objetivo era que o próprio grupo produzisse e registrasse o cotidiano de suas práticas culturais, de modo a alimentar constantemente o arquivo de imagens e vídeos. Esse material, além de servir como acervo para a comunidade também seria utilizado em sala de aula pelos professores. No entanto, segundo comentou Iana Gomes, apensar dos equipamentos serem utilizados para documentar alguns eventos que acontecem na aldeia, os produtos ainda não alcançaram os objetivos pedagógicos que é difundir a cultura do grupo. Assim, complementou a colaboradora:

Não vi nada que fosse uma produção a nível de publicação etc., publicação a nível escolar, cultural, assim nesse sentido. Mas vejo que eles sempre se preocupam em filmar os rituais, as coisas que ocorrem na aldeia e fazem algumas produções caseiras, né, para diversão. Às vezes até a gente aqui [Funai] precisa de vídeo ou fotos para ilustrar o processo dos rituais, e eles sempre têm de ótima qualidade. Além disso, eles têm umas produções caseiras de vídeos muito engraçados, que se não tivessem tido contato com essa formação não teria essa qualidade. Fazem tanto para o registro habitual quanto para diversão (IANA GOMES, depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

Em diálogo com o Coordenador de Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC/MT, Lucas de Albuquerque Oliveira^[10], o órgão já dispõe de um projeto arquitetônico para a construção de uma escola indígena na aldeia. O processo de licitação chegou a tramitar, porém, devido à pandemia do COVID 19 e a restrição da entrada de pessoas não indígenas nas aldeias ficou paralisado. Durante a visita do governador do estado, Mauro Mendes, à Aldeia Halataikwa, o líder prometeu a construir uma escola na comunidade. Diz a matéria veiculada no dia 11 de setembro de 2019, no sítio do Governo do Estado do Mato Grosso:

A demanda por uma sala nova da etnia é antiga. O governador confirmou que irá firmar, ainda neste ano, um convênio com a prefeitura de Comodoro para a construção da unidade escolar. A obra deverá ter início já no próximo ano. "A unidade terá cinco salas de aula, espaço administrativo, banheiros e toda a estrutura física de uma unidade escolar. Será investido mais de R\$ 1 milhão nessa nova estrutura. Eles precisam e merecem isso. É um anseio de um povo que quer manter suas tradições, mas, acima de tudo, quer adquirir conhecimento para preservar suas raízes e garantir a

sobrevivência”, destacou Mauro Mendes, acrescentando que outro pedido feito pelos indígenas foi relacionado a garantir o acesso à internet (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2019).

Ainda segundo coordenador, o governo do estado através da SEDUC, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), tem investido em cursos de formação e capacitação de professores indígenas. As formações acontecem em alguns polos, de modo que o próximo encontro acontecerá em Cuiabá (MT) no período de 4 a 8 de outubro 2021. O curso de aperfeiçoamento contempla todos os docentes que trabalham em escolas indígenas, inclusive das escolas na aldeia enawene nawe. Acreditamos que a iniciativa é importante, sobretudo porque deve orientá-los como trabalhar o ensino formal e não formal.

Os primeiros diálogos entre a Superintendência do Iphan/MT e SEDUC/MT, através da Superintendência de Diversidades, responsável pela Educação Indígena, foi uma iniciativa do setor de patrimônio imaterial com o objetivo buscar parcerias institucionais para a salvaguarda compartilhada do Ritual Yaokwa. A reunião ocorreu de forma presencial na sede da secretaria, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá, no dia 18 de junho de 2021. Participaram do evento a superintendente estadual do Iphan, Amelia Hirata, o técnico de patrimônio imaterial, Francimário Vito dos Santos, a superintendente de Diversidades, Lucia Santos, e o Coordenador de Educação Indígena, Lucas de Oliveira.

Após uma breve apresentação sobre os bens imateriais registrados no estado, os colaboradores demonstraram interesse de conhecer mais sobre a salvaguarda do Ritual Yaokwa, e afirmaram que já realizam assistência aos professores indígenas que ensinam na escola da aldeia. Foi quando expusemos sobre a ação de salvaguarda que planejando executar nas aldeias no período de 8 a 12 de novembro de 2021. Prontamente a senhora Lucia Santos demonstrou interesse de contribuir na ação, ressaltando que a primeira-dama do estado, Virginia Mendes, tem grande admiração pela etnia [\[11\]](#).

Embora ainda não esteja firmado um termo de parceria oficial com a SEDUC, o fato é o coordenador acompanhará a equipe do Iphan/MT durante a missão às aldeias. Sua participação será mobilizar os professores indígenas das aldeias para que possamos orientá-los como abordar o conteúdo das publicações (Dossiê de Registro do Ritual Yaokwa e o livro Salomã: Espíritos Celestiais), com os alunos indígenas em sala de aula.

Em termos parcerias, com a saída espontânea da OPAN, instituição proponente do Registro do Ritual Yaokwa, a SEDUC/MT, é a única instituição pública, que o Iphan/MT conta como apoio. Por mais que tenhamos o apoio da servidora da Funai, Iana Gomes, que acompanha o grupo, não se pode afirmar que há parceria institucional com o órgão. Não houve diálogos nem tratativas entre as chefias no intuito de oficialização de parcerias para fins de salvaguarda compartilhada. Portanto, fora algumas pessoas que nos apoiam, principalmente, em relação à mediação de diálogos com o grupo, que são o Fausto Campoli e Iana Gomes, vemos a possibilidade de futuramente firmar uma parceria com a secretaria. Mas o processo ainda está em construção.

Ao ser questionado a respeito da visita do governador do estado e comitiva à aldeia, em 2019, e se tinha sido firmado algum tipo de parceria entre as lideranças indígenas para minimizar os impactos ambientais que afetam a continuidade do ritual, Fausto Campoli, adiantou que não. Uma das suposições é que a visita do líder político foi uma estratégia política para abrir caminhos e convencer o grupo à expansão econômica do agronegócio na TI Enawene Nawe. No entanto, apesar de parte da população ser favorável e a maioria não, o fato é a questão ainda não foi amplamente debatida entre os indígenas. Sobre as ações desenvolvidas pelo governo do estado na aldeia, Iana Gomes disse não vê efetividade. “A gente tem tido ações de entrega de cestas básicas, ação de confecção de documentação que aconteceram em 2019, que o governo chegou a fazer. Mas que já eram recomendações do Ministério Público (MP) desde 2014” (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021).

Apesar de existir instituições que isoladamente realizam algumas ações de apoio ao grupo como MP, a Funai e o próprio governo do estado, o fato é que, até o momento o Iphan/MT não dispõem de parcerias com instituições públicas e privadas para executar as ações de salvaguarda compartilhada, como prevê a política de proteção para os bens registrados. A seguir, conforme apresentadas no Dossiê do Registro, transcrevemos as medidas de salvaguarda sugeridas para o Ritual Yaokwa:

- Incentivar a criação de espaços, nas esferas municipal e estadual, para a divulgação da cultura do povo Enawene Nawe;
- Incentivar a inclusão da cultura Enawene Nawe nos conteúdos programáticos do sistema educacional, especialmente nas escolas da região;
- Considerar as especificidades do ritual Yaokwa, por ocasião do planejamento e execução das ações na TI dos Enawene Nawe, estabelecendo medidas mitigadoras e reparadoras dos impactos causados, quando estes forem inevitáveis;
- Criar grupo de trabalho para análise e encaminhamentos relacionados ao Plano de Ação: Propostas e Recomendações;
- Documentar todos os rituais dos Enawene Nawe, como forma de dar visibilidade de outros aspectos da cultura desse povo indígena;
- Melhorar a interação entre órgãos governamentais ligados às causas inerentes às populações indígenas, no sentido de fortalecimento Estado no enfrentamento dos problemas de forma pacífica, harmonizada e efetiva, juntamente com entidades representativas da sociedade civil;
- Assegurar assistência médica diferenciada, harmonizada com os hábitos e saberes tradicionais, bem como as especificidades dos povos indígenas;
- Articular com os órgãos responsáveis, para que sejam respeitados os rituais e celebrações, garantindo aos indígenas a tranquilidade necessária para o exercício legítimo de suas crenças;
- Proporcionar a elaboração do Plano de Gestão da Terra Indígena e o Plano de Manejo da Estação Ecológica Iquê, levando-se em conta os aspectos socioculturais da área sobreposta (UC e TI);
- Recomendar que os órgãos e entidades responsáveis pelo monitoramento e fiscalização das PCH's, localizadas nas proximidades da TI dos Enawene Nawe, cuidem para que os empreendimentos adotem tecnologias que minimizem os impactos ambientais, ao mínimo possível, como forma de garantir para as atuais e futuras gerações a continuidade da existência deste importante ritual.

As ações sugeridas acima foram estruturadas supondo na possibilidade de o Iphan articular instituições parcerias nos três níveis de governo, para conjuntamente salvaguardar o bem cultural. No entanto, passados dez anos do reconhecimento não foi isso que aconteceu. Pelo contrário, a OPAN, única entidade parceira que de fato poderia estar com o Iphan, não tem mais interesse de continuar realizando projetos com os Enawene Nawe. Outro fato importante a ser destacado é que, dentre as ações sugeridas, apenas uma foi atendida: “Documentar todos os rituais dos Enawene Nawe, como forma de dar visibilidade de outros aspectos da cultura desse povo indígena”, que resultou na publicação do livro Salomã: Espíritos Celestiais (2019). A ação ainda produziu um Pen Card documentando vídeos e cantos sagrados proferidos durante o ritual Salomã. Em 2018, também foi impresso o livro do Dossiê de Registro, cujo objetivo é divulgar e dar visibilidade ao Ritual Yaokwa.

É possível que à medida que os contatos entre o Iphan/MT e o grupo forem acontecendo novas parcerias possam surgir. Sabemos que atualmente os Enawene Nawe possuem duas entidades representativas: Associação Indígena Enawene Nawe (antiga) e a Associação Etno-cultural Enawene Nawe (criada em 2016). Segundo Iana Gomes, o contexto de atuação das entidades é o seguinte:

Eu não estava presente na época da abertura da Associação Etnocultural Enawene Nawe, em 2016, mas eu acredito que ela foi criada quando o presidente da associação antiga [Associação Indígena Enawene Nawe] foi restituído e colocado outro no lugar dele. E, aí, ele foi lá e abriu uma nova associação para continuar presidente. Ficou assim, a associação antiga foi criada para movimentar os recursos do ICMS Ecológico [pelo fato de o grupo conservar a Reserva Iquê], comprar o peixe, o combustível e os recursos mensais de PCH's, fazer esses serviços todos direcionados aos rituais com esses recursos que já são garantidos. O pedágio eles utilizam de forma familiar, não passa pela a associação. Depois de 2017 a Associação Etnocultural Enawene Nawe começou a pleitear esses editais, e aí tem dado certo, o caso é que não tem mais quem possa estar fazendo esses editais. Porque eu não tenho tempo para ajudá-los (IANA GOMES, depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

Acrescentou a colaboradora, que provavelmente o grupo fundador da Aldeia Kolinakwa, deva criar uma outra associação para representá-los, mas ainda não teve conhecimento. Disse ainda que apesar da existência das duas entidades, os Enawene Nawe são dependentes da Funai para acionar outras instituições como o MP.

Até o momento, com base nas informações produzidas pelos colaboradores durante as conversas que tiveram com o grupo, apresentamos os elementos que foram suprimidos e introduzidos no Ritual Yaokwa, durante os 10 anos de Registro. A seguir, nos deteremos à sistematização das principais transformações pelas quais o ritual foi submetido. Algumas preocupam o grupo, porque atingem diretamente o senso de coletividade e hierarquia fundamental no processo de transmissão dos saberes ligado à celebração.

BLOCO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES E O FORTALECIMENTO SOCIOCULTURAL DO BEM RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

As transformações e ajustes pelos quais as práticas culturais sofrem são necessárias para acompanhar as dinâmicas impostas pela própria sociedade, e o Ritual Yaokwa não foge à regra. No entanto, por se tratar de um bem cultural extremamente sensível às questões ambientais, cujo território onde ele acontece passa por fortes intervenções em decorrência do modelo de atividade econômica adotado na região (PCH's e agronegócio) antes mesmo do Registro, o risco de comprometimento direto à celebração é preocupante. Muitos suprimentos usados no ritual são oriundos da fauna e da flora local como o peixe, o sal, as fibras para confecção de indumentárias, as cabaças e tabocas para confecção dos instrumentos musicais (flautas) entre outros. Porém, o problema principal que pode comprometer a realização do ritual, é a falta de peixes.

Tradicionalmente, o pescado usado no ritual era capturado através de grandes armadilhas de pescas instaladas no leito dos rios, chamadas de *barragens de pesca*. Com o advento dos empreendimentos de geração de energia ao longo da década de 1990, e se intensificando com a virada do milênio, a oferta de peixes diminuiu drasticamente ao nível de ser preciso comprá-los de tanques de criatórios. Sem o peixe não há ritual, conseqüentemente, o grupo será penalizado pelos seres sagrados! Daí, quando se aproxima a época do ritual, os sotakatari se desesperarem pela busca da principal oferenda ritualista. Com relação às PCH's, afirmou Fausto Campoli: “os enawene são unânimes em aceitar por conta dos recursos financeiros resultado das contrapartidas. Porque quando chega na época de oferecer os peixes, eles ficam alucinados, passando o chapéu em todas as organizações que eles têm acesso” (FAUSTO CAMPOLI, Depoimento oral, 2021). A solução, ressaltou o colaborador é que, ao invés de receberem a quantia necessária para a compra das 20 toneladas de peixes, seja firmado um acordo com os empreendedores de modo que se responsabilizem pelo fornecimento do pescado usado no ritual a partir de agora.

Por ter convivido por alguns anos com os o grupo e acompanhando os processos de transformação do meio ambiente ocorridos na terra indígena, Fausto Campoli, faz um apanhado dos empreendimentos de geração de energia já em funcionamento e de outros que estão em fase de estudos. Ele também relatou sobre as sérias conseqüências ao território, resultantes da implantação de PCH's no rio Juruena, e propôs algumas sugestões para minimizar a escassez do pescado usado no ritual.

O complexo Juruena é composto por oito obras, PCH's [Pequenas Centrais Hidrelétricas], que já produzem energia. Falta mais uma PCH que é a Jesuíta, salvo engano, de 22 MW/h. Depois tem a Cachoeira 1, que eu acho que era 56 MW/h, mas por conta exigências, não sei se do IBAMA ou da SEMA, para não acabar com a cachoeira, ela vai produzir 39 MW/h. É considerado PCH o empreendimento que produz de 1 a 30 MW/h. Acima de 30 MW é CGH [Central Geradora Hidrelétrica]. Então com relação a essas obras de energia hidráulica, já foram para lá e eles querem garantir uma compensação e tal. Eles já recebem, se não me engano, 31 mil por mês. O que é uma merreca para os empreendedores negociarem. E são dois anos, o preço médio pago aos Enawene Nawe. Tudo bem que algumas dessas obras que não produzem o tanto que está estipulado. Não importa, de qualquer forma, é muita grana que ficam com os empreendedores. Por isso que, talvez,

para os Enawene, fosse melhor eles negociarem a manutenção dos rituais por uns 30 anos. Isso ia dar um desafogo, ia dar uma tranquilidade para eles. Eles tinham que juntar esses caras, na minha opinião, e fazer eles bancarem os rituais. Os caras controlam a vazão do rio agora. E está acontecendo uma coisa que eu nunca vi acontecer no Juruena. Pelo menos uma vez por dia, na praia, você observa, a água subir. Ela alcança três metros acima de onde ela estava marcando e desce. Isso para peixe de lagoa é um desastre (FAUSTO CAMPOLI, Depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

De acordo com Iana Gomes, os recursos materiais destinados à compra do pescado para fins ritualísticos são oriundos de várias fontes e instituições.

O peixe é comprado com o recurso do ICMS Ecológico que eles conseguem através das prefeituras de Comodoro, Juína e Sapezal, e mais um pouco do recurso resultado de acordos judiciais, envolvendo as PCH's implantadas no rio Juruena. Então, com esse dinheiro eles compram os peixes, mas esse ano [2021] tiveram muita dificuldade para conseguir (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021. Observação nossa entre colchetes).

A contribuição financeira oferecida pela Funai é baixa diante da quantidade de peixe a ser comprada, cerca de 13 mil reais, de modo que a participação do órgão se concentra mais no transporte da mercadoria das fazendas até o ponto mais próximos das aldeias, uma espécie de entreposto. A partir desse ponto, o transporte do peixe até as aldeias é feito em caminhonetes de propriedade do grupo. Segundo Fausto Campoli, os satakatali relataram que hoje quem mais ajuda nesse quesito são os empreendedores, que já estão fazendo estudos para implantar mais duas obras de geração de energia.

Pelo que se observa a partir dos relatos do grupo, o problema envolvendo o peixe oferecido durante o ritual não apresenta uma solução à curto prazo, pois, há alguns fatores que o atravessam, dificultando o fechamento da equação. O primeiro é que, se em 2021 foram ofertadas X toneladas de peixe aos espíritos, no ano seguinte a quantidade deve ser X+1. Caso seja menor despertará a ira dos yakairiti, que lançará infortúnios ao grupo. Segundo, é que a quantidade de peixes também corresponde diretamente ao aumento da população, que hoje ultrapassa os mil indivíduos. Então, se por um lado, a oferta de peixe nativo caiu drasticamente em função das intervenções causadas ao meio ambiente (rios), por outro, a população que participa do ritual se alimentando do pescado aumentou consideravelmente.

É interessante esclarecer ainda, que os peixes utilizados no ritual, mesmo quando a oferta nos rios era abundante, sempre foram capturados por meio das barragens de pescas. Além dessa técnica, os Enawene Nawe também realizam a pesca de mergulho com flechas e de *xingó*, que consiste em dispersar a seiva de um cipó sobre a água onde os peixes se encontram, obrigando-os a emergirem à superfície, quando são capturados. No entanto, essas técnicas são realizadas apenas para garantir consumo das famílias.

Além das transformações ocorridas no contexto do Ritual Yaokwa a partir da compra de peixes de tanques, principalmente no que diz respeito à logística (organização e preparação) como, por exemplo, a demanda por novos objetos (automóveis), o surgimento de novos lugares (entreposto) engendradas na realização da celebração, houve a cisão do grupo que resultou na criação de uma segunda aldeia. Desde 2021 são realizados dois rituais, que acontecem simultaneamente, na aldeia Halataikwa (antiga) e na aldeia Kolinakwa (criada em 2020). A questão sobre a realização de dois rituais, conforme disse Fausto Campoli, não está resolvida, principalmente para o grupo maior que permanece na aldeia antiga.

Isso é uma coisa importante, porque algumas flautas saíram [para a Aldeia Kolinakwa], quando os caras foram. Então, os moradores de Halataikwa, em sua grande maioria, falam que isso pode trazer problema com os yakairiti. E também, porque eles, da segunda aldeia, não têm todos os clãs para contribuir na realização do ritual, nem têm todas as flautas. E, que isso, é algo preocupante. O pessoal de Kolinawa, principalmente o satakatali "Lula", filho de um grande mestre já falecido, disse que seu pai contava que já houve época em que os caras não tinham tudo, e o ritual acontecia. Mas, quanto a isso, eles vão se resolver, é só uma questão de tempo (FAUSTO CAMPOLI, Depoimento oral, 2021. Explicações nossas entre colchetes).

Independentemente de quanto tempo levará para a situação voltar ao convívio pacífico, os problemas em decorrência das transformações ocorridas na celebração, que se concentravam antes apenas na aldeia Halataikwa, agora também passam a existir na aldeia Kolinawa. Portanto, dobraram. Segundo Fausto Campoli, só o tempo vai dizer se a cisão contribuiu para o fortalecimento do ritual ou para seu

enfraquecimento, o fato é cada aldeia está realizando o sei próprio ritual. Iana Gomes, por estar mais próxima do grupo relatou o seguinte:

Então, a primeira coisa que vejo é que houve muita discussão esse ano sobre a execução de dois rituais Yaokwa. É perigoso para a comunidade, principalmente porque são os cultos que o pessoal reverencia os seres sagrados. Perigoso em termos simbólicos da cultura deles, dos deuses não ficarem contentes com a execução de dois rituais. O certo seria apenas um ritual bem bonito. Aí, além disso eles tiveram uma grande briga por conta dessa divisão dos recursos financeiros para a compra dos peixes e combustíveis, já que esse ano não houve a contribuição da Funai (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021).

Questionada sobre como ocorreu a celebração na aldeia Kolinakwa, a colaboradora disse não ter acompanhado, como fazia quando a celebração acontecia somente na aldeia Halataikwa. No entanto, trouxe alguns pontos com base nos relatos que ouviu.

Então, eu não consigo te dizer como aconteceu, ainda mais por ser mais distante para mim. A gente vai lá esporadicamente ainda mais agora que a Funai está sem recurso, então não consegui participar ativamente com eles. O que posso dizer é que o momento das pescarias divergiu, um grupo saiu antes, outro grupo depois. Um grupo demorou mais para voltar da pescaria que outro. Mas a gente teve essa diferença, e eu vi que algumas danças aconteceram, me mandaram alguns vídeos, mas não consigo precisar se houve alteração, se foi suprimido algum momento do ritual ou não. Os enawene [da aldeia Kolinakwa] têm uma questão, como tem clãs que tem poucas pessoas, aí não sei se eles fizeram essa divisão, não sei se fizeram a junção de pessoas de outros clãs para poderem dançar. Eu creio que lá deve ter havido sim algumas mudanças até pela questão da pouca quantidade de pessoas em cada clã (IANA GOMES, Depoimento oral, 2021).

Embora se saiba que há um contexto de transformação envolvendo diretamente o Ritual Yaokwa, que ao invés de um, passou a ser dois, ainda não é possível mensurar as consequências positivas ou negativas na continuidade da celebração. No entanto, exige uma análise mais refinada, de forma comparativa, a respeito do processo de execução.

Outra transformação que foi relatada pelo colaborado, Fausto Campoli, quando esteve em contato com alguns sotakatali, e que os preocupam, é a interferência do uso indiscriminado dos aparelhos de celulares na aldeia, inclusive, durante o Ritual Yaokwa. Os recursos de gravação de vídeo disponíveis nos aparelhos são as queixas mais recorrentes, visto que interferem diretamente na dinâmica de transmissão de saberes entre os velhos e jovens.

O único conflito que existe é o uso do celular, porque aí os carinhos ficam gravando e vão aprendendo, o que quebra a relação mestre-discípulo. Porque para você se tornar um sotakatali, você teria que procurar o sotakatali, o que ia levar um tempo, porque é muita música. Agora se paga. Mas era uma troca. Antes dessa fase do envolvimento com a sociedade em volta da aldeia, o cara pagava com peixe, produtos da roça dele, colar, artesanato, penas da asa de papagaio etc. E agora tem esse lance do celular. Eu me lembro muito bem de um sotakatali que morei na casa dele. E aí um menino uma vez saiu com um gravador e foi gravar e ele não deixou. E, aí, quando chegou em casa eu falei “Ué, você vive falando que os caras não têm interesse. Quando o cara foi gravar você não deixou?” E ele disse: “Não é assim.” Quer dizer, na relação mestre-discípulo a transmissão de conhecimento vai além da música, eu acho, tem mais coisas (FAUSTO CAMPOLI, Depoimento oral, 2021).

O discurso dos sotakatali cujo apelo remete à retórica da perda, com ênfase no desinteresse dos jovens, assemelha-se ao discurso proferidos por outros detentores de bens registrados como é o caso do Modo de Fazer Viola de Cocho do Mato Grosso. Durante os encontros realizados com os mestres artesãos e cururueiros principalmente, a queixa que os jovens estão perdendo o interesse pelo aprendizado da prática era recorrente. No caso da Viola de Cocho e suas manifestações associadas, uma das ações sugeridas pelos detentores para minimizar o problema intergeracional de transmissão dos saberes seria a realização de oficina para produzir a viola de cocho, ganzá e mocho, cantar e dançar cururu. No entanto, para minimizar essas questões relacionadas à sustentabilidade cultural do Ritual Yaokwa, não sabemos se a sistemática das oficinas de transmissão de saberes seria a ação mais apropriada. O que se sabe até o momento é que o uso dos recursos de captação de imagem e vídeo disponibilizados pelos aparelhos de celular tem provocado uma tensão intergeracional com prejuízo para o ritual. Segundo Fausto Campoli,

O celular vai quebrando a lógica da transmissão dos saberes entre velhos e os jovens, porque o que acontece agora... Tem uns carinhas que estão aprendendo basicamente em cima do celular. Não procurar um especialista para fazer um curso e tal. Isso ainda não é um racha, mas preocupa (FAUSTO CAMPOLI, Depoimento oral, 2021).

Embora haja indício da interferência das novas tecnologias é preciso levantar mais subsídios juntos aos sotakatali para compreendermos a origem do problema, e de que maneira é possível apoiá-los. Ainda mais que a tendência de acesso à internet banda larga na aldeia está para acontecer a qualquer momento, conforme disse o governador do estado quando visitou à aldeia. O que se sabe, conforme ressaltou o colaborador, é que o celular nas aldeias é um fato consumado. É a ferramenta que faltava para o grupo falar para o mundo o quanto sua cultura é bela, disse o colaborador. Por outro lado, ele também demonstrou preocupação com a proliferação de notícias falsas (fake news), que são recebidas e repassadas pelos membros do grupo sem nenhum critério. É possível chegar a um consenso entre os velhos e os jovens sobre o uso do celular como ferramenta de transmissão dos saberes tradicionais do Ritual Yaokwa? Qual é a medida do uso do celular e seus recursos midiáticos na difusão e visibilidade da cultura do grupo?

BLOCO 3: RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA REVALIDAÇÃO

- 1 – Retomar o contato com as lideranças locais envolvidas com a realização do ritual, intensificando os diálogos com os Enawene Nawe no que respeito do alcance e limites da política de salvaguarda do Iphan, de modo que fique evidente quais são as ações que o instituto pode apoiar;
- 2 - Pensar formas de parcerias com outras instituições públicas e privadas, alinhadas com as necessidades do grupo, capazes de contribuir com a transmissão dos saberes tradicionais necessários à permanência da celebração;
- 3 – Buscar o apoio das lideranças locais, que possuem abertura de diálogo com o governo do estado para coletivamente ampliar a participação de instituições públicas e privadas no processo de salvaguarda compartilhada;
- 4 – Dar continuidade ao trabalho de pesquisas sobre o bem cultural com o objetivo mapear/ampliar quantitativa e qualitativamente os sotakatali, os lugares sagrados/mitológicos, a língua materna, os saberes tradicionais, de forma a contribuir para o registro da cultura do grupo.
- 5 – Realizar ação de formação dos professores indígenas acerca da importância dos rituais realizados pelos Enawene Nawe, como patrimônio cultural imaterial, principalmente do Ritual Yaokwa.
- 6 – Realizar oficina de formação do grupo em políticas públicas de patrimônio cultural, principalmente no que diz respeito ao acesso a recursos financeiros através de editais de chamamento público;
- 7 – Elaborar o Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa com foco em ações de patrimônio cultural, que sejam exequíveis pelo Iphan, já a grande demanda atribuída ao órgão desde a produção do Dossiê do Registro, dependia na sua ampla maioria da participação de outras instituições, principalmente com experiência na área de meio ambiente e preservação de recursos naturais.
- 8 - Par mais que os colaboradores tenham se empenhado em mobilizar o grupo a participar do processo de revalidação, produzindo informações para subsidiar a elaboração deste parecer técnico, não foram suficientes para compreendermos as transformações ocorridas nos 10 anos de Registro do Ritual Yaokwa. No entanto, para que tivéssemos uma avaliação mais precisa do atual contexto do ritual, seria necessário a visita do técnico de patrimônio imaterial às aldeias para estabelecer diálogos mais duradouros com as lideranças indígenas, principalmente, no que diz respeito aos elementos patrimoniais da celebração e o entendimento do alcance e limites da política de salvaguarda. Porém, diante de tantos empecilhos, só conseguimos avançar na elaboração deste parecer, graças à colaboração dos colaboradores Fausto Campoli e Lana Gomes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, de Juliana. Relatório Técnico de Avaliação e Recomendações ao Processo de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene – Nawe. Consultoria ad hoc. Brasília: IPHAN/DPI, 2014. (PRODUTO 02 - Contrato: SA-2174/2014).

ALMEIDA, de Juliana. **Proposta de editoração do Dossiê IPHAN do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe**. Consultoria *ad hoc*. Brasília: IPHAN/DPI, 2014. (PRODUTO 03 - Contrato: SA-2174/2014).

ALMEIDA, de Juliana. **Relatório de viagem à Terra Indígena Enawene-Nawe e orientações ao Processo de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene – Nawe**. Consultoria *ad hoc*. Brasília: IPHAN/DPI, 2014.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SOUZA, Laice. Queremos trabalhar e desenvolvimento econômico, pedem Enawene Nawe. Governo de Mato Grosso – Ascom/MT, Cuiabá, 2019, 11 de setembro. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/12621008--queremos-trabalhar-e-desenvolvimento-economico-pedem-enawene-nawe>. Acesso em: 20 de set. 2021.

IPHAN. **Dossiê de Registro do Ritual Yaokwa do Povo Enwene Nawe**. Brasília, DF: IPHAN, 2018. (Dossiê IPHAN 18).

LIABÔA, Thomaz de Aquino. **Enawenê-Nawe: primeiros contatos – diário de campo**. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2010.

NARANJO, Claudio. **Ayahuasca: a enredadeira do rio celestial**. Simões Filho, BA: Editora Kalango, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, 2002. p. 181- 264.

[1] Os harekare, estão para o Ritual Yaokwa, assim como os festeiros (patrocinadores) estão para as festas de santos de tradição católico-popular. Ambos são fundamentais para a manutenção e sustentabilidade do bem cultural.

[2] A publicação impressa intitulada “Salomã Enore Nawe Deta – Salomã – Espíritos Celestiais”, apresenta as letras dos cantos escritas na língua materna do grupo e a tradução para a língua portuguesa. A entrega do material aos Enawene Nawe está prevista para ocorrer no período de 08 a 12 de novembro de 2021, quando a equipe do Iphan/MT visitará as Aldeias Halataikwa e Kolinakwa do povo Enawene Nawe.

[3] Levando em consideração que o Decreto 3.551 de 2000 define que a revalidação do título atribuído ao bem registrado como patrimônio cultural brasileiro deve acontecer a cada 10 anos, em tese 2020, seria o momento de avaliar o Ritual Yaokwa.

[4] As atividades provenientes do Plano de Ação (PA) intitulado “**Ação de salvaguarda urgente: Devolutiva de duas publicações – Dossiê do Registro e Salomã – Enore Nawe Deta, Diversidade linguística e contexto cultural do povo indígena Enawene Nawe**” (ID 7204), estão previstas para ser executadas no período de 08 a 12 de novembro de 2021 nas Aldeias Halataikwa e Kolinakwa, localizadas respectivamente nos municípios de Juína e Sapezal no estado de Mato Grosso. A equipe é composta por dois servidores do Iphan/MT, o antropólogo Francimario Vito dos Santos e a Técnica em Edificações Fernanda Marques de Araújo, e dois colaboradores eventuais, o indigenista Fausto M. Campoli e Lucas de Albuquerque Oliveira, Coordenador de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Foi encaminhado um ofício à FUNAI Regional (Documento SEI n. 2933619), solicitando o apoio de um servidor durante a permanência da equipe nas aldeias.

[5] O questionário semiestruturado foi elaborado a partir das questões apresentadas na Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI.

[6] Os relatos que refletem a opinião dos grupos nas duas aldeias e foram obtidos através de rodas de conversas com os sotakatali.

[7] O DGM Global é uma iniciativa estabelecida no âmbito do FIP/Programa de Investimento Florestal, com a finalidade de conceder subsídios destinados aos Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL) e apoiar suas iniciativas nos 14 países-piloto1 do FIP, visando fortalecer a sua participação na discussão sobre mecanismo REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) e ampliação da conservação, do manejo e aumento dos estoques de carbono florestal em nível local, nacional e global. Para ver o edital acesse: https://dgmbrazil.org.br/media/publicacoes/Edital_DGM_Brasil_2017_0TsKDI9.pdf). Acesse a listagem das propostas aprovadas acessando (https://dgmbrazil.org.br/media/publicacoes/propostas_aprovadas2018.pdf).

[8] A proposta foi uma das quatro selecionadas. Para ver a lista das entidades vencedoras, acesse o link: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/e1f400ed-a5bf-458c-85ae-2610ee67d504/Resultado+avaliacao+das+propostas-publicado+28set20.pdf?MOD=AJPERES&CVID=njqnMjB>.

[9] A postagem na página do Facebook de um enawene nawe, da Aldeia Aldeia Kolinakwa, mostra que a população está dividida em relação à proposta de expansão da TI para o agronegócio defendida por alguns integrantes do grupo. A publicação ainda registra a imagem de duas lideranças posando para foto ao lado do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, em Brasília (DF), no dia 14 de julho de 2021. Para obter mais informação acesse o link: <https://www.facebook.com/100032466822473/posts/495739224851634/?sfnsn=wiwspwa>.

[10] A Superintendente de Diversidade da SEDUC/MT, Lúcia Santos, através do Coordenador de Educação Indígena, Lucas Albuquerque Oliveira, que é responsável pelo ensino nas escolas indígenas, tem se disponibilizado a contribuir com o Iphan/MT no processo de reaproximação com o grupo. Inclusive, na ação de salvaguarda que está planejada para acontecer no período de 8 a 13 de novembro de 2021 nas aldeias, o representante fará parte da equipe do instituto, responsável pela devolutiva das publicações (Dossiê do Registro do Ritual Yaokwa e do livro Salomã: Espíritos Celestiais. Entendemos que o colaborador eventual pelo fato de já dialogar com os professores das aldeias do povo Enawene Nawe nos ajudará na construção coletiva de formas de usos dos conteúdos dos livros a serem trabalhados em sala de aula.

[11] Em 2019, o governador do estado, Mauro Mendes, e a primeira-dama visitaram a Aldeia Halataikwa, quando realizaram uma ação social de entrega de kits escolares aos alunos. Na ocasião, os Enawene Nawe solicitaram apoio do governador na expansão do desenvolvimento econômico na TI. Para mais informações acesse o link: <http://www.mt.gov.br/-/12621008--queremos-trabalhar-e-desenvolvimento-economico-pedem-enawene-nawe>.

(assinado eletronicamente)

Francimário Vito dos Santos

Técnico I - Antropologia

SE/IPHAN - MT

Matrícula Siape nº 1614300

Fernanda Araújo Marques da Silva

Auxiliar Institucional I - Técnica em Edificações

Divisão Técnica - IPHAN/MT

Matrícula Siape nº 3152415



Documento assinado eletronicamente por **Francimário Vito dos Santos, Técnico**, em 30/09/2021, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Araújo Marques da Silva, Auxiliar Institucional**, em 30/09/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2997192** e o código CRC **05A48418**.

Referência: Processo nº 01450.001873/2021-37

SEI nº 2997192